PSICOMOTRICIDADE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

FERNANDO GONZAGA DA SILVA

RESUMO

O presente artigo busca compreender como a Psicomotricidade pode contribuir para a concretização dos Direitos de Aprendizagem das crianças, por meio da exploração e vivência de jogos e atividades lúdicas (que compõem os Campos de Experiência trazidos pela BNCC como inovação às Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2009). Para isso, esse estudo faz uma análise de referenciais teóricos para compreender o que é Psicomotricidade e a Psicomotricidade Relacional, seus objetivos e campos de atuação. Por fim, esse estudo pensa as contribuições dessa área para a prática pedagógica diária do professor, pensado como um parceiro mediador do aluno para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente.
Palavras Chave: psicomotricidade, educação infantil, direitos de aprendizagem, campos de experiência.

INTRODUÇÃO

A partir do ano letivo de 2019, escolas de todo o país começaram a implementar diretrizes previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil. De uma forma integradora, a BNCC veio para consolidar o entendimento de que os eixos estruturais brincar e interagir devem ser considerados centrais para a Educação Infantil, conforme propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2009.

Contudo, o que a BNCC traz de inovação em relação às Diretrizes é a proposição de dois novos focos para o trabalho educativo com as crianças, tanto dentro quanto nos espaços fora da sala de aula. São eles:

- direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses seis direitos visam assegurar condições para que as crianças aprendam em situações nas quais podem desempenhar um papel ativo, vivenciando experiências desafiadoras e solucionando-as de maneira a construir significados sobre si mesmos, sobre os outros e o mundo social e natural em que vivem;

- campos de experiência: estruturados em cinco eixos [1) o eu, o outro e o nós; 2) corpo, gestos e movimentos; 3) traços, sons, cores e movimentos;
4) escuta, fala, pensamento e imaginação; 5) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações], são estratégias curriculares que visam acolher as experiências concretas e saberes das crianças, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural de nossa sociedade.

Em linhas gerais, podemos dizer que os campos de experiência propõem, por meio de sugestões de linhas de atividades, formas de concretizar os direitos de aprendizagem das crianças. Assim, por exemplo, o direito de aprendizagem “expressar-se” encontra sua concretização no campo de experiência “corpo, gestos e movimentos”, por meio de linguagens como teatro, música, dança e brincadeiras, que possibilitam às crianças, por meio da brincadeira, estabelecer relações, expressar-se e, assim, construir seus conhecimentos.

E essa mesma relação de concretização de direitos de aprendizagem pode ser vista a partir do entrelaçamento destes com os demais campos de experiência.

Assim, considerando que a concretização dos direitos de aprendizagem se dá por meio do brincar e do interagir, e que este ocorre por meio dos campos de experiência que exploram as vivências corporais e afetivas das crianças para construir o conhecimento, o presente artigo busca compreender qual é a contribuição que a psicomotricidade pode oferecer para a educação infantil.

Isso porque, conforme a definição da Associação Brasileira de Psicomotricidade:

“Psicomotricidade é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto”.
ABF, 2020
Assim, por meio da metodologia de estudo de referenciais teóricos, este artigo procura entender como os estudos de psicomotricidade podem lançar luz sobre como a relação com o corpo em movimento, suas experiências e vivências lúdicas, pode vir a ser uma das fontes do processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos por pessoas de todas as idades – mas, e especialmente, na educação infantil.
Para isso, este artigo primeiro fará um breve resu-

mo sobre a história da psicomotricidade para, em seguida, ressaltar seus conceitos a partir de seus principais teóricos. Por fim, falaremos sobre como a psicomotricidade relacional pode ser um espaço privilegiado para a socialização e construção do juízo moral da criança em sua formação.

BREVE HISTÓRIA DA PSICOMOTRICIDADE

Conforme a ABF, em fins do Século XIX, na França, algumas linhas de investigação biomédicas se debruçavam sobre o mapeamento, nomeação e investigação das zonas do córtex cerebral situadas mais além das regiões motoras. Ao longo desses estudos neurofisiológicos, foram constatadas diferentes disfunções
– tais como distúrbios da atividade gestual – que, embora graves, não demonstravam lesões claras no cérebro. Ou seja, o esquema anatômico clínico da época, que determinava que, para cada sintoma haveria uma lesão focal correspondente – não podia explicar tais fenômenos patológicos.

Foi justamente a partir dessa necessidade médica de se encontrar uma área que explicasse certos fenômenos clínicos que se utilizou, pela primeira vez, a palavra “psicomotricidade”, por volta do ano de 1870. O termo surge a partir da combinação

do radical grego psyché, que significa alma, e do verbo latino moto, cujo sentido é mover.

Em 1909, o neurologista Ernest Dupré foi primeiro a propor o termo psicomotricidade para a criança a partir dos seus estudos sobre a síndrome da debilidade mental. Em seus estudos, ele destacou as relações entre anormalidades neurológicas e psíquicas com anormalidades motoras, descrevendo-as como distúrbios do desenvolvimento psicomotor. Segundo CAPRA (1982), sua linha de pensamento é predominantemente centrada em uma concepção biomédica e visão cartesiana/newtoniana, vigente na época entre os cientistas.

Em 1925, os estudos de um dos grandes investigadores da psicomotricidade, o médico psicólogo Henry Wallon, consideravam o movimento humano como instrumento fundante para a construção do psiquismo. Sua abordagem inovadora colocava a afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento infantil, relacionando-o às emoções, ao meio-ambiente e aos hábitos do indivíduo.

O primeiro exame psicomotor para diagnóstico, tratamento e prognóstico foi criado em 1935 pelo neurologista Edouard Guilmain.

O psiquiatra Julian de Ajuriaguerra, em 1947, delimita em seus estudos os transtornos psicomotores que oscilam entre a neurologia e a psiquiatria, redefinindo, assim, o conceito de debilidade motora – que passa a ser considerada uma síndrome com suas próprias particularidades.

Segundo a ABF, foram as contribuições desses estudos de Ajuriaguerra que possibilitaram à psicomotricidade se diferenciar de outras disciplinas e adquirir especificidades e autonomia próprias.

A partir dos estudos de diferentes autores da década de 70, a psicomotricidade passa a ser uma motricidade de relação. Esta diferencia as posturas re-educativas (que valorizam a relação, a afetividade e emotividade) em detrimento das práticas terapêuticas, focadas nas técnicas mais instrumentalistas. A ideia é valorizar o “corpo de um sujeito” da criança.

Para o psicomotricista, a criança constitui sua unidade a partir das interações com o mundo externo e nas ações do Outro (mãe e substitutos) sobre ela.

ABF, 2020

CAMPOS DE ATUAÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade tem o movimento corporal humano como objeto de estudo, sendo sustentada por três elementos fundamentais: movimento, intelecto e afeto.

Seu público-alvo são bebês de alto risco, crianças em fase de desenvolvimento, crianças com dificuldades ou atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, pessoas portadoras de necessidades especiais (deficiências sensoriais, motoras, mentais e psíquicas), idosos e familiares dos pacientes.

Sendo assim, o profissional psicomotricista pode atuar em creches, escolas, escolas especiais, clínicas multidisciplinares, postos de saúde, consultórios, clínicas geriátricas, hospitais, empresas. É, portanto, ao mesmo tempo um profissional das áreas da saúde e da educação, cuja função é atuar na pesquisa, avaliação, prevenção e tratamento do homem na aquisição, desenvolvimento e transtornos da integração somatopsíquica.

Entre suas competências profissionais, podemos destacar a avaliação e o diagnóstico do perfil e do desenvolvimento psicomotor do paciente; a definição de modelos e técnicas de habilitação e reabilitação psicomotora; a prescrição, o planejamento,

avaliação, implementação e reavaliação de programas de psicomotricidade.

A PSICOMOTRICIDADE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A evolução da Psicomotricidade e da Educação Infantil seguiu trajetórias relacionadas. De certa forma, podemos dizer que ambas são criações modernas: a Psicomotricidade a partir do avanço da medicina e da psicologia; enquanto a escola infantil a partir das ideias de Froebel, das mudanças sociais e, principalmente, da profissionalização feminina.

Porém, de acordo com o BNCC, a Educação Infantil deve privilegiar o brincar da criança, para que ela, por meio das suas experiências corporais, ela forme conceitos e aprendizagens por meio do corpo. É nesse sentido que podemos ver uma convergência das duas áreas, já que a psicomotricidade permite que a criança tome consciência do seu corpo e das possibilidades de se expressar por meio dele, localizando-se no tempo e no espaço.

A Psicomotricidade, nesse sentido, possibilita à criança perceber seu corpo no aqui e agora, por meio de experiências motoras se revelam como um processo de autoconhecimento e descoberta do mundo. A expressão “o corpo da criança” é o resultado da sua evolução no mundo, isto é, da sua própria história. Dessa forma, o corpo se apresenta como um álbum existencial, onde se pode sempre recordar o caminho percorrido, desde a dependência infantil até a independência do adulto.

Trata-se, portanto de uma educação pelo movimento. E o movimento humano, por sua vez, é construído em função de um objetivo. A partir de uma intenção, o movimento transforma-se em comportamento significante. Além disso, o movimento permite a criança explorar o mundo exterior.

GONÇALVES, 2004 apud RABELO e AQUINO.

Em suma, a combinação da Educação Infantil com a Psicomotricidade faculta ao professor um trabalho por meio de jogos e atividades lúdicas, além de contribuir para a conscientização sobre o próprio corpo e o controle das expressões motoras. Os resultados positivos fazem com que a criança forme uma base indispensável tanto para o seu desenvolvimento motor, quanto para o seu desenvolvimento afetivo e psicológico.

Esta vertente epistemológica representa para a Psicomotricidade uma nova forma de ler e compreender a corporeidade, o que resultou em aportes metodológicos inovadores como o da Psicomotricidade Relacional.

PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL

Segundo as ideias de seu criador, André Lapierre, a Psicomotricidade Relacional é uma prática dinâmica para que, por meio do ato de brincar, o indivíduo possa expressar seus conflitos internos e, assim, desenvolver-se adequadamente.

A Psicomotricidade Relacional, por meio do jogo espontâneo, possibilita identificar as dificuldades e facilidades de cada criança na relação que ela estabelece com os outros. Dessa forma, ela percebe e valoriza a experiência de construção do conhecimento como um momento único.

A evolução da criança depende de sua inserção no grupo, de sua aceitação ou de sua rejeição, das possibilidades de comunicação que ela consegue estabelecer, mas também da estrutura, mais ou menos patogênica ou que proporcione equilíbrio, do grupo em que convive e das individualidades que o compõem.

LAPIERRE e AUCOUTURIER, 1984, p. 21

A Psicomotricidade Relacional permite ao professor criar um espaço privilegiado para a socialização e a construção do juízo moral da criança. Isso porque, por meio da exploração de jogos e atividades interativas, a criança revela seu mundo interior – feito de anseios, necessidades e dificuldades –, o que facilita a intervenção do professor para favorecer a aquisição do conhecimento. Além disso, as brincadeiras e jogos abrem espaço para a existência do outro e sua dimensão social, seja na relação de parceria ou como adversária na construção da atividade, o que fornece à criança referências para a construção da sua própria identidade.

Daí a razão da Psicomotricidade Relacional reafirmar que o corpo é comunicação, relação com os outros e com o mundo. Por isso, ela preconiza a aproximação, o contato e a autonomia, de modo a utilizar códigos verbais e não verbais.

Assim, a Psicomotricidade Relacional insere-se nesta dimensão na medida em que busca a íntima relação da teoria com a prática dentro do contexto do sujeito e anunciando uma nova realidade no âmbito escolar.

Porém, o alcance dessa prática corporal vai mais além. Para LAPIERRE e AUCOUTURIER (1984), a Psicomotricidade Relacional deve agir no nível corporal não

apenas na dimensão educativa, o que possibilita acompanhar o desenvolvimento normal da criança, mas também na dimensão terapêutica, sobretudo nos casos em que já existe patologia instalada. Assim, segundo esses estudiosos, a abordagem permitirá tocar profundamente a organização da personalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro "O construtivismo em Sala de Aula", César Coll reflete que as crianças aprendem e se desenvolvem à medida que podem construir significados adequados em torno de conteúdos quando ocorre a participação do professor no processo de ensino-aprendizagem. Isso porque essa participação favorece uma melhor condição de construção de conhecimento ao aluno, o que facilita, por assim dizer, novas aquisições no processo ensino-aprendizagem.

Essa linha ecoa Vygotsky quando este fala que o papel do professor deve ser o de um mediador da aprendizagem, de modo a abrir espaço de acolhimento e promover o envolvimento da criança no processo de construção de seu conhecimento.

Enfatiza Freire (1993), em seu livro "Professor SIM, Tia Não", que a formação de um sujeito participativo e envolvido no processo social, começa em sala de aula quando, alunos e professores articulam e ressignificam os conhecimentos, contextualizando-os com situações vivenciadas no cotidiano.

O viver na escola, tanto de professores como de alunos, não pode ser reduzido unicamente a momentos estritos de transmissão, de apreensão ou de avaliação de conteúdos.

RONCA, 2002, p.59-60

Ao instituir a corporeidade na educação, a Psicomotricidade explora os padrões comunicativos de interação que moldam o significado individual e intersubjetivo, privilegiando a criatividade e a liberdade do brincar como nova forma de práxis educativa. Dessa forma, ela faculta ao professor uma forma lúdica de mediar o processo de ensino e aprendizagem junto aos alunos, o que se configura como uma concretização dos Direitos de Aprendizagem (brincar, expressar-se etc.) por meio do uso de Campos de Experiências que privilegiem a imaginação, a vivência e a brincadeira.

É nesse sentido que a Psicomotricidade contribui para a potencialização das capacidades dos alunos, ao oferecer condições para, por meio de jogos e brincadeiras, explorar suas capacidades de ordem cognitiva e afetiva, de relação interpessoal e de inserção social.

A Educação Infantil busca a recuperação do sentido ontológico no pratica pedagógica – ao mesmo tempo que reconhecimento é tratado como um ato social especifico com suas relações sociais subjacentes.

A recuperação do utópico, nesta era de desencanto, significa não abandonar a esperança da mudança. Significa voltar – se com novos olhos ao cotidiano e ver ali as marcas da nova realidade. Diz, também, que é necessária uma releitura da práxis pedagógica e recuperar novas dimensões desta mesma prática.

Uma delas é, sem dúvida, o corpo, com suas necessidades físicas concretas, mas, também, enquanto morada de sonhos e desejos. Daí a importância, para uma nova forma de mediação educativa, de considerar o corpo como o paradigma básico de uma nova proposta pedagógica, mais humanizadora.

REFERÊNCIAS

COOL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed,1994.

DORNELLES, Lidiane R., BENEDETTI, Luciana B.: Psicomotricidade como ferramenta da aprendizagem. Remoa/UFSM. Agosto 2012. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oVuijUHMRDchmdTfDVH6x4kNC8ZmdNkJ. Acesso em 12/09/2020.

FREIRE, Paulo. Professora sim tia não – A importância de ler, carta a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d' água, 1993.

LAPIERRE, André; AUCOUTOURIER, Bemard. Fantasmas Corporais e Prática Psicomotora. São Paulo: Ed. Manole, 1984.

RABELO, Kalícia I. L.; AQUINO, Gisele B.: Relação entre Psicomotricidade e desenvolvimento infantil: um relato de experiência. Revista Científica de Faminas, volume 10, nº 3, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1oVuijUHMRDchmdTfDVH6x4kNC8ZmdNkJ. Acesso em 11/09/2020.

RONCA.C.A, PAULO; GONÇALVES. L. Carlos. A Clara e a Gema. São Paulo: Instituto Esplan,2002.

VYGOTSKY, L.S. A Formação social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984. História da Psicomotricidade. Associação Brasileira da Psicomotricidade. Disponível em: https://psicomotricidade.com.br/historico-da-psicomotricidade. Acesso em 12/09/2020.